

Demissão que deixa dúvidas

Ao concordar com a dissolução do Conselho Federal de Educação — decidida no governo Itamar Franco —, o governo Fernando Henrique Cardoso endossou as razões alegadas para o ato. Quando o ministro Paulo Renato compôs o atual Conselho Nacional de Educação (CNE), escolheu nomes representativos dos setores do ensino público e privado, mas também elementos daquilo que o professor José Arthur Giannotti chama de “anéis burocráticos” engastados em uma “crosta armada por forte lealdade entre seus membros”. Hoje se sabe disso por causa do artigo do professor Giannotti publicado nesta edição do **Estado**; antes, não. Por isso, o CNE tinha a confiança dos que se preocupam com os problemas educacionais, e a certeza de que seriam adotados rígidos critérios para avaliar a criação de cursos, de faculdades e a transformação dessas em universidades. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e recentes decretos presidenciais regulando o ensino superior transformaram o quadro institucional nessa área da educação.

A atuação do CNE não voltaria a ocupar a atenção da opinião pública não fosse a demissão do professor José Arthur Giannotti de suas funções no CNE em decorrência de decisão sobre a transformação da Faculdade Anhembi-

Morumbi em universidade. Quando se sabe que a decisão do CNE foi tomada por maioria de um voto, e que a minoria votou pela transformação da faculdade em centro universitário à luz do primeiro parecer, resultado da inspeção — houve, em seguida, outro parecer favorável à transformação da faculdade em universidade —, vê-se que não foram posições políticas que determinaram a votação da minoria nem o gesto do professor Giannotti, que

com ela formou. É bom que se insista neste ponto: o professor poderia ter permanecido nas funções, assinando o recurso para reexame da decisão. Preferiu afastar-se. Suas razões, como expostas no artigo que estamos publicando na página 2, são graves. Colocam em questão a forma da representação no Conselho Nacional de Educação e permitem que se levantem dúvidas sobre a imparcialidade que deve presidir decisões desse tipo. Elas, é bom que se diga, afetam a política educacional do Brasil num momento em que há consenso em torno da necessidade de aprofundar os esforços para desenvolver a pesquisa pura e aplicada para que o Brasil possa inserir-se em boa



posição na economia globalizada. Além do que se depreende do artigo do professor Giannotti a que nos referimos, interesses outros influem nas decisões do Conselho.

Afora isso, a decisão do Conselho Nacional de Educação suscita dúvidas sobre a necessidade de continuar existindo o sistema que o Ministério da Educação lutou para pôr em funcionamento no País: o “Provão”, que avalia o ensino de uma dada faculdade por aquilo que os alunos assimilaram ao longo do curso, e a avaliação objetiva do corpo docente por títulos, dedicação ao ensino e publicações — ainda que do ponto de vista da titulação a faculdade avaliada possa escudar-se no referido dispositivo da LDB.

Afora o relatório negativo dos conselheiros do CNE que estiveram na Anhembi-Morumbi para verificar se ela reunia as condições para transformar-se em universidade, como solicitado, a faculdade teve avaliação ruim — um “C” — no que se refere àquilo que os alunos aprenderam, e péssima — um “D” — no que se refere ao corpo docente. O *Jornal da Tarde* mostrou, em sua edição de sábado, a precariedade das instalações acadêmicas da faculdade em questão. Por

que, então, o Conselho decidiu por sua transformação em universidade e não em centro universitário, como proposto pela minoria?

Ninguém respondeu a essa questão. O ministro da Educação criticou a atitude do professor Giannotti, reservando juízos sobre a decisão do CNE para, disse ele, não prejugar o recurso da minoria, e espontaneamente citou nomes de políticos que haviam feito pressão em favor desta ou daquela faculdade; os jornais destacaram que a maioria dos que votaram em favor da transformação em universidade são favoráveis ao ensino privado — e nós também so-

mos, desde que de qualidade e não mera fábrica de diplomas. O presidente do CNE negou as pressões e invocou a LDB. Ora, como o professor Giannotti não tomou sua decisão pelo prazer de não ter de ir mais a Brasília, pode arriscar-se uma explicação: o Conselho Federal de Educação foi extinto, mas não desapareceu a mentalidade que, segundo os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, teria justificado sua extinção.

**A saída do prof.
Giannotti do
Conselho Nacional
de Educação
levanta graves
questões**
